

ARTIGO

TRÁFICO E PROSTITUIÇÃO DE BRASILEIRAS EM PORTUGAL:

o discurso jornalístico entre a estereotipia e a vitimização



ESTER AMARAL DE PAULA MINGA

Universidade Nova de Lisboa, Lisboa – Portugal

ORCID: 0000-0002-0974-0369

DOI: 10.25200/BJR.v16n2.2020.1168

Recebido em: 30/12/2018

Revisado em: 27/05/2019

Revisado em: 25/06/2019

Aceito em: 07/09/2019

RESUMO – No início deste século, a problemática do tráfico de pessoas recebeu ampla atenção em Portugal, que empreendeu sucessivas ações de reforço legislativo neste âmbito. Não por acaso, esta atenção é contemporânea à consolidação do país como local de acolhimento, o que indica sua relação inextricável com o fenómeno migratório. Neste artigo, propomo-nos a analisar a representação do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual – um dos vetores mais pronunciados desta prática –, a partir do discurso jornalístico sobre a prostituição de imigrantes brasileiras. Todavia, a imagem da brasileira que emergiu das reportagens sobre prostituição, em seguimento ao caso “Mães de Bragança”, em 2003, privilegiou a estereotipização, pondo em segundo plano a questão do tráfico e da exploração (Correia, 2014). A partir da análise a algumas peças dos jornais *Público* e *Expresso* ao longo destes anos, observamos um percurso errático em que ora se privilegia a linguagem sensacionalista, ora se enfoca a questão da exploração e do tráfico, refletindo assim a inconsistência verificada na legislação devotada ao tema.

Palavras-chave: Imigrantes brasileiras. Tráfico humano. Jornalismo. Portugal. Prostituição.

TRAFFICKING AND PROSTITUTION OF BRAZILIAN WOMEN IN PORTUGAL: the journalistic discourse between the stereotyping and the victimization

ABSTRACT – In the beginning of this century, the human trafficking received wide attention in Portugal, which developed several actions to reinforce the legislation in this area. Not by coincidence, this attention is contemporary with the consolidation of the country as a receiver place, which indicates its inextricable relation with migration phenomenon. In this article, we purpose to analyze the representation of human trafficking for sexual exploitation – one of the most prominent vectors of this criminal practice –, in the journalistic discourse about Brazilian women immigrant's prostitution. However, the Brazilian woman's image that emerged in the news about prostitution, following the “Mothers of Bragança” case, in 2003, privileged the stereotyping, put in the background issues about trafficking and exploitation (Correia, 2014). Analyzing some texts of *Público* and *Expresso* newspapers published during these years, we observe an erratic route which sometimes privileges a sensational tone, and sometimes pay attention to the exploitation and trafficking issues, reflecting in this way the inconsistency found in the law about the theme.

Key words: Brazilian women immigrants. Human trafficking. Journalism. Portugal. Prostitution.

LA TRATA Y LA PROSTITUCIÓN DE BRASILEÑAS EN PORTUGAL: el discurso periodístico entre los estereotipos y la victimización

RESUMEN – A principios de este siglo, el problema de la trata de personas ha recibido amplia atención en Portugal, que libró sucesivas acciones de fortalecimiento legislativo en la materia. No por casualidad, esta atención es contemporánea a la consolidación del país como lugar de acogida, lo que indica su relación inextricable con el fenómeno migratorio. En este artículo nos proponemos analizar la representación del tráfico de personas con fines de explotación sexual – uno de los vectores más pronunciados de esta práctica –, a partir del discurso periodístico sobre la prostitución de inmigrantes brasileñas. Sin embargo, la imagen de la brasileña que emergió de los reportajes sobre prostitución, en seguimiento al caso “Madres de Bragança”, en 2003, privilegió la estereotipización, poniendo en segundo plano la cuestión del tráfico y de la explotación (Correia, 2014). A partir del análisis a algunos textos de los periódicos *Público* y *Expresso* a lo largo de estos años, observamos una ruta errática en que por veces se privilegia el lenguaje sensacionalista y por veces se enfoca la cuestión de la explotación y del tráfico, reflejando así la inconsistencia verificada en la legislación dedicada al tema.

Palabras clave: Inmigrantes brasileñas. Tráfico humano. Periodismo. Portugal. Prostitución.

1 Introdução

O tráfico de seres humanos é a terceira principal atividade criminosa do mundo, com a prática destinada para fins de exploração sexual correspondendo a dois terços dos lucros obtidos. Em Portugal, desde o início do corrente século observa-se um esforço no sentido de criminalizar a prática e seus agentes ativos, todavia, a inconsistência identificada na legislação devotada à prostituição – intrinsecamente relacionada, pois, ao tráfico – dificulta o próprio entendimento dos

agentes da lei sobre o que se constitui como tráfico (Santos et al., 2009) e, conforme procuramos demonstrar ao longo do artigo, o enquadramento efetuado pelo discurso jornalístico sobre os dois fenômenos inter-relacionados.

Relativamente à representação jornalística, observa-se não apenas um discurso confuso, provável reflexo de uma legislação em que a prostituição não é crime, mas a sua exploração por outrem o é, conjugado com o entendimento de que o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a caracterização do crime de tráfico de pessoas, mas também permeado de estereotipizações acerca da principal nacionalidade relacionada ao tráfico e à prostituição em Portugal: a brasileira. Segundo dados do último relatório sobre tráfico humano do Departamento de Estado dos Estados Unidos (2019)¹, atualmente são majoritariamente mulheres e crianças portuguesas e da África e Europa Oriental as principais vítimas de tráfico sexual no país; no entanto, no início do século o panorama era outro.

De acordo com Boaventura Sousa Santos, Conceição Gomes e Madalena Duarte (2009), havia predomínio de mulheres brasileiras no mercado sexual do país que se relacionava sobretudo, com processos de exclusão social e mundos de precariedade que facilmente podiam, em determinado momento, configurar situações de tráfico sexual. A despeito dos dados mais recentes, tanto Dália Rodrigues, diretora técnica de *O Ninho*, quanto Maria Magdala, dirigente da *ComuniDária*, concordam que as brasileiras são a maioria entre as mulheres que atendem².

Nesse sentido, optamos por debruçarmo-nos sobre o discurso jornalístico acerca do tráfico de pessoas a partir de peças que apresentem como tópico os temas da prostituição e do tráfico sexual de imigrantes brasileiras. Pois, para além desse predomínio brasileiro no mercado sexual português e, provavelmente, também em razão disto, observa-se que desde o período colonial Portugal produz e atualiza imagens sobre a mulher brasileira, em que é notório a acentuação de uma suposta sensualidade inata (Machado, 2003; Padilla, 2007; Feldman-Bianco, 2001; entre outros). Tal imaginário, conjugado com a evidência empírica de que as brasileiras representam a nacionalidade predominante tanto na prostituição quanto no tráfico de pessoas que se concretiza em Portugal, fez com que no início do século XXI pululassem reportagens em que a imigração brasileira era representada, sobretudo, a partir deste viés.

João Carlos Correia (2014) cita estudo do Alto Comissariado para Migrações e Minorias Étnicas (órgão do

governo português) de 2003, em que se verificou que das 224 peças jornalísticas que tinham como tema-chave a imigração e as minorias étnicas, 48 abordavam de alguma forma a prostituição, em que as personagens eram em sua maioria brasileiras. Também se observou que o tema dominante relacionado à imigração brasileira era o tráfico de mulheres, assim como o tom predominante era o uso da linguagem tabloide em que, se por um lado exploravam-se estereótipos de gênero associados aos países tropicais, de outro pouco se trabalhava as condições de escravidão humana relacionadas ao fenômeno.

A ênfase expressa numa representação estereotipada pode ter influenciado a generalização que se estabeleceu em Portugal entre o estigma da prostituição e a totalidade das imigrantes brasileiras (Santos et al., 2009), porém, tal imagem também fora estimulada pela enorme repercussão do caso “Mães de Bragança”. O seu surgimento caracteriza-se como evento significativo por ter demarcado simbólica e temporalmente a cobertura jornalística acerca da prostituição de imigrantes brasileiras. Formado por mulheres desta cidade do norte de Portugal cujo objetivo era solicitar às autoridades a expulsão de prostitutas brasileiras por, supostamente, seduzirem seus maridos, a emergência das “Mães de Bragança” teve como primeira consequência a intensa cobertura midiática que não se restringiu aos órgãos de comunicação social portugueses, ao ser capa da revista *Time* em outubro de 2003 (Pais, 2010). Segundo Correia (2014), o caso tornou-se um ícone exemplar das representações xenófobas e estereotipizações de gênero presentes na comunicação social, além de figurar como o primeiro exemplo para a discussão do discurso midiático sobre a brasileira.

O autor, ao debruçar-se sobre a cobertura jornalística de uma polêmica similar ocorrida dez anos depois – a prostituição no bairro Quinta do Grilo, em Viseu – nota uma evolução positiva em que, em contraposição ao sensacionalismo e ao tom acentuadamente populista que marcaram os materiais da década anterior, em 2013 privilegiou-se a consideração de ângulos alternativos, a exemplo da problemática da prostituição que grassa entre a população migrante em situação irregular no país, e do fato de o lenocínio ser crime em Portugal. Todavia, não retivemos essa impressão ao debruçarmo-nos sobre textos relacionados à prostituição de imigrantes brasileiras publicados entre os anos de 2000 a 2005 e de 2010 a 2015 pelos jornais de referência *Público* e *Expresso*.

Selecionamos esses dois períodos pois, se o primeiro corresponde ao já citado aumento do interesse público pela problemática do tráfico de pessoas, também é contemporâneo à segunda vaga de imigração brasileira em Portugal, assim como o segundo relaciona-se ao momento em que, em decorrência da crise econômica, a comunidade brasileira diminuiu no país. Ao analisarmos esses textos a partir dos contributos da análise crítica do discurso e da análise de enquadramentos, retemos a percepção de um percurso errático em que já no primeiro período o discurso de ambos os jornais acerca da prostituição de imigrantes brasileiras oscila entre uma representação estereotipada dessas mulheres, em que se silencia sobre esquemas de exploração – alguns deles passíveis de serem caracterizados como tráfico sexual –, e uma representação vitimizadora em que, ao enfocar-se o plano securitário, retira-se a autonomia de mulheres que escolheram determinados caminhos para sua vida.

A escolha por esses métodos justifica-se, pois pensamos que apenas uma análise mais detida sobre as estruturas do discurso (seus aspectos retóricos, estilísticos e sintáticos, sobretudo), e não somente análise semântica, consegue revelar de forma abrangente como a representação do Outro – que, no nosso caso, são as imigrantes brasileiras em textos sobre prostituição e tráfico sexual – emerge do discurso. Como explica Teun A. van Dijk (2002), o discurso jornalístico consiste num tipo específico de texto cujo significado depreende-se não apenas de estruturas textuais, mas também requer em atenção o contexto sociocultural e cognitivo da audiência, considerando sua relação com o fato narrado e a forma como o discurso dialoga com o *background*.

Portanto, antes de emprendermos a análise aos textos, iremos discorrer sobre a evolução da legislação portuguesa relativamente à prostituição e ao tráfico de pessoas, e acerca das representações sociais da mulher brasileira. O objetivo é embasar a compreensão sobre o discurso oscilatório evidenciado pelos jornais, que tem a ver tanto com a gama de imagens sobre a brasileira que circula no país desde o achamento do Brasil, quanto com as divergentes visões acerca do trabalho sexual – que se dividem entre abolicionistas, proibicionistas e regulacionistas – e a própria inconsistência das leis.

Pontuamos que a seleção de textos em ambos os jornais deu-se de forma manual³ e uma análise mais robusta privilegiou aqueles em que o tema da prostituição/tráfico sexual foi abordado de forma

mais extensa. Portanto, assim como algumas peças podem nos ter escapado, aquelas aqui trabalhadas não correspondem à totalidade da cobertura sobre o tema, porém fornecem um panorama.

2 A legislação

Desde a década de 1960 a prostituição era ilegal em Portugal, porém o Código Penal de 1982 descriminalizou a prática, ao mesmo tempo em que manteve, no entanto, a ilegalidade da exploração da prostituição por outrem, ou seja, o chamado lenocínio. O código também traz em seu texto a criminalização do tráfico de seres humanos, todavia, foi apenas com a aprovação e ratificação em 2004 do *Protocolo Adicional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*, aprovado pela Organização das Nações Unidas – ONU em 2000 e conhecido como Protocolo de Palermo, que a ilegalidade concernente à prática adquiriu as características que possui na atualidade.

A compreensão sobre o tráfico humano foi ainda reforçada em 2007 com o I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2007–2010), a partir de Resolução do Conselho de Ministros, concomitantemente à publicação neste mesmo ano de uma nova Lei de Imigração. Em 2008, um Decreto-Lei criou o Observatório do Tráfico de Seres Humanos – OTSH.

O que se retém das diversas medidas adotadas no início do século XXI é a irrelevância do consentimento dado pela vítima. Conforme se lê no cartão de sinalização presente no site do OTSH⁴, este não deve ser considerado se tiver sido utilizado como meios para recepção de pessoas: violência, rapto, ameaça grave, abuso, ardil ou manobra fraudulenta e aproveitamento de situação de especial vulnerabilidade. Segundo Rita Basílio Simões (2018), tais medidas correspondem a uma deriva punitivista seguida pelo Estado português ao expandir o espectro de ações passíveis de serem criminalizadas no âmbito do tráfico de pessoas.

Todavia, sobre o tráfico humano concretizado na exploração sexual, identifica-se uma situação complexa em Portugal – passível de gerar diferentes entendimentos – que tem a ver justamente com o fato de a prostituição não ser crime, mas o lenocínio sim. Como explicam Santos et al. (2009), durante as negociações para aprovação do Protocolo de Palermo chegou-se ao entendimento de que a

prostituição forçada encaixava-se na definição de tráfico humano proposta, porém, não houve acordo quanto a prostituição em geral ser ou não abrangida por essa definição. Tal fez com que o Protocolo deixasse o entendimento sobre a prostituição a cargo dos Estados Nacionais, proporcionando assim, compreensões díspares como a da Suécia que criminaliza a procura por serviços sexuais e a da Holanda que, em contrapartida, tem a prostituição descriminalizada e regulada por leis laborais, por exemplo. “Se o protocolo é tendencialmente unânime na sua definição, ele não toma posição na relação entre tráfico e prostituição, nem define claramente os termos ‘exploração sexual’ e ‘prostituição’” (p. 80).

A inextricável relação entre tráfico sexual e prostituição demanda de cada Estado que a atividade faça parte das políticas destinadas ao combate do tráfico, todavia, como assinala Duarte (2012), há distintas interpretações concernentes ao ideal ordenamento legal-normativo da prostituição, que vão da criminalização completa à sua regularização como forma de trabalho. Pois, a despeito de ser consensual a condenação ao tráfico sexual, grupos feministas diferem quanto ao entendimento acerca da prostituição, vista por alguns, mesmo em sua expressão “voluntária” por parte da mulher que se prostitui, como forma inequívoca de exploração e violência de gênero, e por outros como decisão individual legítima.

Como explica Simões (2018), a descriminalização da prostituição e a penalização de sua exploração correspondem à visão abolicionista, que conforma o enquadramento político-legislativo da maioria dos países europeus. A perspectiva, a despeito de considerar a prostituição uma forma de escravidão, incompatível com a dignidade humana, difere da proibicionista relativamente aos meios adotados para combatê-la, pois esta defende a criminalização de todos os agentes envolvidos em sua prática (e fora abrangida pela legislação portuguesa até 1982). Já a visão regulacionista, conforme adotada por países como Alemanha e Holanda, considera a prostituição uma prática aceitável que deve, todavia, ser regulamentada pelo Estado. A gama de interpretações, nem sempre claramente traduzidas na legislação devotada ao tema, contribuem,

[...] para a persistência em vários países de dificuldades na identificação das vítimas de tráfico sexual no dia a dia do trabalho de agentes policiais, assistentes sociais, representantes da lei e etc. (Duarte, 2012, p.258, tradução nossa)⁵.

Relativamente à situação das imigrantes brasileiras em Portugal, Santos et al. (2009) observam que geralmente o que ocorre é que, inicialmente, a maioria das mulheres havia dado seu consentimento e sabia para o que vinha ao país, porém terminaram enredadas em contextos de forte exploração, passíveis de ser caracterizados como tráfico sexual. Ademais, os grupos pelos quais são cooptadas geralmente possuem estrutura quase artesanal e informal em que, não raras vezes, são compostos por amigos, familiares e colegas das vítimas.

Tal situação conduziu a um consenso social em que a prostituição de imigrantes brasileiras passou a ser relacionada a uma opção laboral e não tanto como forma de exploração e violência, mesmo quando há casos passíveis de serem enquadrados no crime de tráfico sexual. Os autores perceberam esse consenso sobretudo a partir do contato com agentes policiais, conforme também identificamos subjacentemente ao discurso de algumas peças jornalísticas, em que a despeito de se descreverem situações que podiam ser caracterizadas como lenocínio ou tráfico, o assunto não é enquadrado a partir desse viés.

Nesse sentido, para além das especificidades concernentes ao que é a situação padrão relativamente ao tráfico de brasileiras para prostituição, há também de se considerar toda gama de imagens acerca da mulher brasileira que desde o período colonial permeia o imaginário social português, e a relaciona principalmente a sexualidade exacerbada e sensualidade inata.

3 A imagem da mulher brasileira

Quando se discorre sobre a imagem da brasileira como mulher de sensualidade inata e grande furor sexual, sabemos que não diz respeito apenas às representações sociais que circulam em Portugal, pois também se identifica tal imaginário noutros contextos nacionais (Padilla, 2007). Isso se deve, em grande parte, ao fato de o Estado brasileiro historicamente ter promovido determinada imagem da identidade nacional – em que era notório o realce da sensualidade da mulher brasileira e, sobretudo da “mulata” –, o que posteriormente confluía na sua exploração pragmática para fins de promoção do turismo.

No contexto português, Igor José de Renó Machado (2003) observa que há uma fonte dupla de estereótipos sobre a brasileira: o

Estado brasileiro e também o Estado português, que desde o período colonial reelabora imagens sobre o país e a sua população. Dizemos que essas duas fontes historicamente se retroalimentam, pois, como diz Stuart Hall (1990) acerca da identidade cultural dos povos colonizados, os regimes de representação do colonizador tornaram-se parte considerável, e inerente, de sua identidade cultural. Ainda que tenham permanecido não como algo estável, mas como herança reapropriada e retrabalhada sob diferentes formas.

Nesses regimes de representação, os sujeitos colonizados foram representados como o “Outro” – objetificável e unitário, a despeito de sua pluralidade de origens –, segundo as categorias de conhecimento do pensamento ocidental, no entanto, essas representações, como um sistema não apenas de conhecimento/classificação, mas também de poder, fez com que os próprios colonizados se vissem e se percepcionassem como esse Outro. Francisco Bosco (2017) analisa a reelaboração de representações já na exaltação da natureza presente na narrativa de nação do Brasil, construída após a independência e como resposta à precariedade material e institucional em que vivia.

Todavia, a imagem de natureza exultante já consta nas narrativas sobre o continente americano feitas pelos europeus, ao emergir como signo inaugural de sua descoberta na carta de Américo Vespúcio e, especificamente sobre o Brasil, na *Carta do achamento*, de Pero Vaz de Caminha. “E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem” (como citado em Bosco, 2017, p.195).

A celebração da natureza fora institucionalizada em 1922 pelo Hino Nacional, com versos como “gigante pela própria natureza” e “espelha essa grandeza” procurando relacionar a grandeza da nação enquanto espaço institucional à sua grandeza geográfica, e estabeleceu-se ao longo do século XX ao fazer morada, sobretudo na canção popular. Também corresponde ao primeiro momento de internacionalização da imagem brasileira, no contexto emergente da cultura de massas, por meio de Carmem Miranda, com seus icônicos chapéus de frutas.

Porém, se a princípio procurou-se relacionar uma grandeza física, real, a uma grandeza institucional que, se naquele momento não era palpável, ao menos se fazia apresentar em toda sua virtualidade, com o tempo a canção popular passou a associar essa natureza exultante a uma singular cultura brasileira, esta incorporando os traços daquela.

A “terra boa e gostosa”, relaxada, acolhedora, rima com a “morena sestrosa/de olhar indiscreto” e reflete nela. A exuberância das frutas sobre a cabeça de Carmen Miranda espelha sua figura também ela exuberante, sensual, cheia de vitalidade e corpo, sem o recalque das pulsões sexuais que marca o mal-estar agravado das nações mais intensamente produtivistas. (Bosco, 2017, p.35).

No entanto, como indicam Camila Craveiro e Cláudia Carvalho (2017), mesmo essa associação que buscou contrapor a exuberância sensual dos brasileiros (principalmente, das brasileiras) à repressão sexual existente no Velho Mundo não foi algo de todo original, pois na *Carta de Caminha*, há o seguinte trecho sobre as índias:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. [...] E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. (como citado em Craveiro & Carvalho, 2017, p.67).

Assim, ao debruçarmo-nos sobre a identidade cultural brasileira que se estabeleceu ao longo do século XX, identificamos não apenas a exploração do aspecto sensual conotado às brasileiras, mas sobretudo um processo de feminização da figura do país, de palpável influência europeia. Porém, se no caso brasileiro o diálogo entre recusa e reconhecimento dessa influência europeia/colonizadora foi bem-sucedido em termos culturais, ao estabelecer uma pujante expressão artística de caráter mestiço, por outro lado, ao alçar a mulher brasileira – principalmente a “mulata” – a ícone de sensualidade e exuberância, acabou por reificar o regime de representação europeu sobre as nativas.

E para a consolidação desta narrativa de país mestiço, tropical e exótico no âmbito da cultura popular brasileira é inegável o contributo de *Casa-grande & senzala* (1933/2003), de Gilberto Freyre. Nesse livro, dá-se relevo à especificidade da colonização portuguesa em razão da predisposição dos portugueses para a “aventura ultramarina”, a miscigenação e a interpenetração de valores e costumes (Castelo, 1998). Bosco (2017), em sua leitura sobre o caro conceito freyreano de miscigenação, afirma que a partir da sua aplicação para se explicar a realidade brasileira, o concreto do sexo impôs-se sobre as ideologias de raça sem, no entanto, as dissolver.

Conforme se lê num trecho da obra, em que o autor discorre sobre a formação da colônia:

Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. (Freyre, 2003, p.70).

Todavia, o pensamento freyriano também teve impacto sobre a realidade social portuguesa, sobretudo após a segunda metade do século XX. Como explicam J. M. Brandão de Brito e Fernando Rosas (1996), o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a crise do sistema colonial europeu, o que em poucos anos conduziu à quase descolonização total da África e da Ásia. Portugal, como forma de contornar o contexto internacional desfavorável, abandonou a concepção imperial consagrada no *Acto Colonial*, revogado em 1951, e adotou o luso-tropicalismo – teoria desenvolvida por Freyre – como doutrina oficial. Esta, ao valorizar a capacidade dos portugueses de se relacionarem com os povos dos trópicos, demonstraria – conforme cálculo feito pelos ideólogos do Estado Novo – a diferença fundamental entre o colonialismo português e o do norte da Europa.

No contexto, o Brasil emergiu como a colônia-tipo, por corresponder ao exemplo mais bem-sucedido da miscigenação promovida pelos portugueses nos trópicos. Questionamo-nos se a adoção do luso-tropicalismo e a divulgação de suas teses a partir de instrumentos de propaganda não cristalizaram no imaginário social português a imagem do homem como possuidor de um grande ímpeto sexual direcionado às mulheres dos trópicos, donas, por sua vez, de uma sensualidade inata.

Bela Feldman-Bianco (2001) observa que durante a década de 1980 – contemporânea à primeira vaga de imigração brasileira – os portugueses, ao serem confrontados no mercado de trabalho pela presença brasileira, atualizaram e recriaram estereótipos de cariz machista e racista, em que eram notórios a noção de “ginga” e de “sensualidade tropical”, vista como traço inato da “mulata”. A reelaboração teve o ensejo da profusão de imagens do/sobre o Brasil desde sempre disponíveis em Portugal, porém, naquele período, disseminadas sobretudo pelas telenovelas e as chamadas “cultura brasileira” ou “noites brasileiras” em boates. Tal “cultura brasileira” para consumo fora influenciada justamente, pelas interpretações de Freyre sobre o caráter nacional.

Relativamente às telenovelas, José Machado Pais (2005) compreende seu impacto na realidade social portuguesa ao observar como durante mais de quatro décadas Portugal viveu sob uma ditadura conservadora em que, apesar de se valorizar uma imagem de virilidade do homem português, principalmente no espaço colonial, domesticamente se impunha forte moral de contenção sobre a sexualidade. Portanto, quando nos anos 1970 a televisão começou a exibir as telenovelas, suas cenas foram consideradas arrojadas para os costumes locais e, como observa Isabel Ferin Cunha (2005), mais do que percebidas como veiculadoras de modelos emancipatórios do feminino, foram sobretudo vistas como exemplos de transgressão cultural e sexual.

A autora vai além e relaciona a influência de três décadas de veiculação de telenovelas ao olhar dos portugueses sobre as mulheres imigrantes brasileiras, no contexto de erupção do caso “Mães de Bragança” e a intensa cobertura que se seguiu, cuja representação das imigrantes nos jornais televisivos também foi influenciada pelo estilo narrativo novelesco. “Nas imagens da prostituição, o objecto de desejo é apresentado de forma velada, através de recursos técnicos e cénicos que escondem as personagens, e exibem as partes do corpo mais cobiçadas [...]” (Cunha, 2005, p.550).

Convém pontuar, todavia, que a despeito de um acento sexualizado ter historicamente incidido sobre a “mulata”, num contexto transnacional como o vivenciado pelas imigrantes brasileiras em Portugal, as diferenças fenotípicas se esbatem. Como explica Adriana Piscitelli (2008), a partir do conceito de interseccionalidades, independentemente de serem consideradas no Brasil brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para países do Norte Global (não apenas para Portugal) as brasileiras são racializadas como mestiças e essa racialização é sexualizada.

Observa-se em Portugal, portanto, um senso comum sobre os brasileiros serem em geral festeiros e sempre bem dispostos, no entanto, especificamente, os homens brasileiros são considerados malandros e preguiçosos e as mulheres calorosas, exuberantes e fáceis (Padilla, 2007).

Assinalamos a utilização do termo estereótipo neste artigo, conforme proposto por Walter Lippmann no clássico *Public Opinion* (1922/1998), em que explica como, grosso modo, por ser a realidade envolvente muito complexa para se distinguirem especificidades de generalidades, os estereótipos surgiram como resultado de um

processo cognitivo de economia de energia, em que tenderíamos a selecionar o que a cultura na qual nos encontramos imersos já tem por definido e a percebê-lo na forma por ela estereotipada. Assim, compreendemos como, a considerar-se a gama de imagens produzidas em Portugal desde o período colonial realçando o caráter sensual das brasileiras, com o *boom* de notícias sobre prostituição e tráfico de imigrantes no início do século, o estereótipo reemergiu com força renovada.

Nesse sentido, referimo-nos não a uma produção secular de imagens sobre a brasileira, mas, mais especificamente, à sua recorrente atualização ao longo dos séculos em que, no entanto, o acento sexualizado e exotizante mantém-se como uma constante. O que também nos encaminha, portanto, à teoria das representações sociais de Serge Moscovici (1988), pela ênfase concedida ao aspecto comunicacional (de cariz dialógico e midiático, mas tanto mais forte no segundo caso) no processo cognitivo de apreensão da realidade, cujo resultado seriam ideias/imagens tidas como o senso comum.

Ou seja, correlatas aos estereótipos, as representações sociais corresponderiam a pensamentos e ideias individuais, tornados sociais a partir de processos comunicacionais. Todavia estas, quando do seu surgimento, não seriam completamente originais, pois, uma das formas pela qual uma representação social se estabelece é a partir de processo denominado de ancoragem, em que um fenômeno novo é compreendido em associação a alguma representação social mais antiga, porém similar a si. Assim, conjectura-se que o processo social que engendrou a metonimização da figura da imigrante brasileira em prostituta, despoletado pela série de notícias sobre o tema que se tornou comum no início do século, alimentou-se de antigas representações sociais sobre as brasileiras, em que já na *Carta de achamento* estabeleceu-se um viés sexualizante ao descreverem-se as nativas.

Por fim, pontuamos que algo comum a ambos os autores é a referência subjacente ao conceito de ideologia, que em suas leituras emerge como o senso comum ou ideias *taken for granted* de grupos ou sociedades. Conforme Teun van Dijk também compreende o estabelecimento de representações sociais:

[...] as ideologias de grupos dominantes controlam o desenvolvimento das RS [representações sociais], a formação de modelos, a produção da acção e o discurso dos membros dos grupos de tal forma que o grupo manterá o poder e reproduzirá a sua hegemonia relativamente a grupos dominados, como tem sido mais óbvio nos casos de classismo, sexismo e racismo. (van Dijk, 2005, p.113).

É nesse sentido, portanto, que se compreende a produção secular de representações sociais da mulher brasileira em Portugal a partir de um viés ideológico de perfil eurocêntrico e colonial.

4 Desenho metodológico

A considerar-se que no início do século XXI a mídia portuguesa privilegiou ocorrências de tráfico sexual e prostituição na cobertura de notícias sobre a comunidade brasileira (Correia, 2014) e também se verificou nos primeiros anos deste século – como provável reflexo desse enfoque – o estabelecimento de um senso comum em que a imigração brasileira feminina passou a ser associada sobretudo à prostituição; selecionamos os períodos entre os anos 2000 a 2005 e de 2010 a 2015 para coletarmos todas as peças publicadas pelos jornais *Público* e *Expresso* que apresentassem como tópicos os temas da prostituição e do tráfico sexual de imigrantes brasileiras.

A escolha pelos veículos justifica-se pois, ainda que correspondam a uma parcela diminuta do que fora a cobertura sobre esses temas durante os anos selecionados, por serem jornais de referência, são comumente citados por outros veículos, além de terem acesso mais amplo a figuras proeminentes, influenciando assim, de forma mais direta, não apenas o campo midiático, mas também a própria expressão da opinião pública acerca desses temas. Como explica Elisabeth Noelle-Neumann (1991), os indivíduos perscrutam o clima da opinião sobre determinado tópico a todo momento, tendendo a ficarem silenciosos e transparecerem conformidade quando a sua opinião pessoal está em desacordo ao que julgam ser a opinião predominante na sociedade. A avaliação, por sua vez, baseia-se em duas fontes: a observação direta no cotidiano de interação com outros indivíduos e a observação indireta através da mídia de massa, cuja influência maior no campo é exercida justamente pelos veículos comumente citados por outros veículos.

A seleção dos anos, por sua vez, explica-se pois, se no primeiro período houve esse enfoque nos temas da prostituição e do tráfico sexual relativamente à comunidade, ele também é, não por acaso, contemporâneo à segunda vaga de imigração brasileira, assim como o segundo período corresponde ao momento em que, em decorrência da crise econômica, a comunidade esteve em decréscimo. Como explica Jorge Macaísta Malheiros (2007), se a

comunidade brasileira sempre esteve a aumentar desde a década de 1980, todavia, experienciou um crescimento vertiginoso a partir de 1999, além de este fluxo apresentar consideráveis diferenças em relação à primeira vaga.

Se a primeira vaga fora composta sobretudo por trabalhadores liberais (principalmente informáticos, publicitários e dentistas) e pessoas que não trabalhavam, a segunda vaga apresentou-se como não apenas mais numerosa, como também mais jovem, feminina e composta, em sua maioria, por pessoas cujo nível de escolaridade não chegava ao ensino superior. No entanto, em decorrência da crise mundial de 2008 que combalira fortemente a economia portuguesa, entre os anos de 2011 a 2016 a comunidade brasileira diminuiu, conforme é possível verificar nos relatórios estatísticos anuais produzidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF⁶.

Portanto, com o interesse de observar como ocorreu a construção da imagem da imigrante brasileira no discurso dos jornais acerca de casos de prostituição e tráfico sexual, e se se verifica a manutenção de um mesmo padrão no segundo período de análise, já com a comunidade em decréscimo e anos após o surgimento das “Mães de Bragança”, debruçamo-nos sobre todas as edições do *Público* e do *Expresso*. Assim observamos que, no primeiro período, o *Expresso* apresentou sete peças relacionadas a ocorrências de prostituição e tráfico sexual de imigrantes brasileiras, todavia, excetuando-se o primeiro texto, de 2000, “Clientes ajudam a desmantelar tráfico de mulheres” (17/6, p.6), todos os demais acentuam em suas linhas a nacionalidade “brasileira” da maioria ou da totalidade das mulheres envolvidas nos casos de prostituição e tráfico noticiados. O *Público*, por sua vez, possui cinco peças acerca desses temas e, de forma similar ao seu congêneres, apenas numa peça de 2001, “SEF detém 30 estrangeiras ilegais em casas de alterne do Alto Minho” (5/8, p.19), a nacionalidade brasileira é citada como uma dentre outras identificáveis no grupo de mulheres detidas⁷.

Observamos que, sobretudo após as “Mães de Bragança”, esse rótulo identitário emerge do discurso não como apenas um indicativo, mas a partir de estratégias discursivas de generalização e excessiva lexicalização, em que a denominação “brasileiras”, por exemplo, ao ser empregada repetidas vezes para referir-se a mulheres que se prostituem, mas que, em alguns casos, nem corresponde à nacionalidade de todas as mulheres contatadas, evidencia a ideologia subjacente que motivou o seu emprego. Como explica Peter Teo

(2000), a dimensão ideológica dessa estratégia está no fato de, ao ser utilizada constantemente, cada vez mais se tornar inquestionável e naturalizada, o que condiz com o processo de metonimização da figura da imigrante brasileira em prostituta que se verificou ao longo desses anos.

Relativamente à estratégia de excessiva lexicalização, evidente na caracterização das imigrantes a partir de informações que se revelam desnecessárias para a compreensão do discurso, ao pontuar-se, por exemplo, os “risos e conversas infantis” de mulheres numa casa de alterne (espécie de prostíbulo), ou o fato de o namorado de uma entrevistada, vítima de tráfico sexual, não ser o pai do filho, identifica-se a sua consequência pejorativa, pois, não por acaso, esses detalhes assinalam o que seria uma espécie de desvio em relação às normas e expectativas sociais. O seu emprego “[...] reflete percepções e julgamentos derivados de um ponto de vista [português] essencialmente enviesado sobre normas culturais e expectativas sociais” (Teo, 2000, p. 21, tradução nossa)⁸.

No segundo período, o *Expresso* apresentou duas peças referentes a prostituição e tráfico sexual de imigrantes brasileiras e o *Público* cinco⁹ e se, de fato, observa-se que a partir de 2010 não apenas o número de textos é menor, como também se identifica menos frequentemente uma representação estereotipada das imigrantes brasileiras, esta não é de todo eliminada do discurso. Por exemplo, a reportagem de 2010, “As noites vermelhas de dois inspectores do SEF” (10/2, pp. 4-5), apresentou a seguinte chamada de capa no *Público*: “Julgamento – Os inspectores do SEF, as brasileiras ilegais e as rusgas deles”, o que não apenas evidencia uma estratégia de generalização ao indicar erroneamente que imigrantes brasileiras seriam as únicas beneficiárias do esquema criminoso dos inspectores, como também um enquadramento problemático, ao salientar esse traço identitário no espaço privilegiado da chamada. Como explica Robert Entman (1993), o enquadramento noticioso envolve essencialmente operações de seleção e saliência, portanto, enquadrar corresponde ao ato de selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes. Tal leva-nos a questionar o porquê, ou por quais razões ideológicas subjacentes, escolheu-se realçar a nacionalidade brasileira (apenas esta nacionalidade) de pessoas envolvidas num esquema criminoso.

Assinalamos o fato de o texto de 2010 do *Público*, “Na primeira pessoa – Paguei oito mil dólares às pessoas que me trouxeram para a

Europa” (30/6, pp. 4–5), e o de 2012 do *Expresso*, “Corpos que contam histórias” (18/8, pp. 28–38), corresponderem a perfis de imigrantes brasileiros que voluntariamente decidiram vir a Portugal para se prostituir, o que identificamos como exemplos da popularização de notícias centradas no rosto humano. Como explica Correia (2008), a tendência explícita novos olhares sobre as identidades minoritárias, cujos motivadores seriam curiosidade divertida e fascínio vagamente antropológico. Nos textos citados, valoriza-se a “agentividade” dos indivíduos, entretanto, ao circunscreverem o discurso a relatos individuais, não chegam a tocar as ambivalências que são próprias dessa mesma agentividade, pois, em muitos casos, a mesma vontade de emigrar para se prostituir encontra-se imbricada a esquemas de exploração e trajetórias de vida de penúria econômica.

Pontua-se também o fato de, tanto este texto de 2010 do *Público*, quanto já a reportagem de 2003 do *Expresso*, “Profissão gigolô” (Única, 7/6, pp. 81–88), apresentarem como personagens imigrantes brasileiros homens. Tal sugere um espraiamento desta representação social sexualizada da mulher brasileira também aos homens brasileiros, o que fomentaria um comércio sexual tanto destinado a homens quanto a mulheres.

A seguir, iremos analisar mais pormenorizadamente alguns textos.

5 Análise das notícias

No período abrangido, a primeira peça mais extensa que encontramos acerca da problemática do tráfico sexual de brasileiras é a “Brasil e Portugal na luta”, presente na edição de 15 de dezembro de 2000 do *Público* (p.20). Nesta, a informação estrutura-se em torno da conferência que deu origem ao Protocolo de Palermo e que não se restringiu à questão do tráfico humano, ao também discutir formas de combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro ilegal.

Ao debruçarmo-nos sobre a estrutura temática (Van Dijk, 2002), observamos que o tema que a repórter escolheu privilegiar foi o tráfico de pessoas associado à prostituição, pois é possível dividir hierarquicamente o texto pelos seguintes tópicos, segundo ordem de aparecimento:

(1) O tráfico de seres humanos é a terceira atividade criminosa mais lucrativa.

(2) Uma das principais atividades em que deságua, a prostituição, tem um eixo marcado entre Brasil (país de saída) e Portugal (país de recepção às vítimas).

(3) Ambos os países estão empenhados em combatê-lo.

(4) A atividade funciona da seguinte forma: mulheres são levadas clandestinamente para o exterior sob a promessa de emprego, porém, lá chegadas têm os passaportes confiscados e são obrigadas a prostituírem-se.

(5) A Conferência de Palermo objetiva não apenas coordenar esforços entre Estados para combater o tráfico de pessoas, mas também o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro ilegal.

(6) O Brasil, assim como vários países presentes em Palermo, não tem tipificado o crime de tráfico de pessoas.

Dizemos pois, que a superestrutura da reportagem compõe-se na categoria “resumo” (formada por título, subtítulo e lead) pelo destaque à luta travada por Portugal e Brasil para estancar o tráfico de pessoas com destino à prostituição; e na categoria de “fundo” pela contextualização de como essa atividade criminosa se efetua, quais são as posições de Portugal (país de recepção) e Brasil (país de saída) a nível global e como a Conferência de Palermo pretende combatê-la, conjuntamente com os outros tipos de crime sobre os quais se debruça.

Assinalamos o fato de, em dois momentos, utilizar-se o verbo “exportar” para caracterizar o posicionamento do Brasil no mapa das principais rotas de tráfico humano. Numa frase logo abaixo à imagem que ilustra a reportagem, o verbo aparece entre aspas: “O Brasil ‘exporta’ cerca de 75 mil mulheres por ano para os circuitos da prostituição”, e em outro período, no corpo do texto, afirma-se que o país está entre os seis do mundo que mais “exportam” – dessa vez, sem as aspas – mulheres para o mercado internacional da prostituição.

Julgamos problemático o uso de tal verbo – normalmente empregado para referir-se a produtos – associado a mulheres, pois acentua a desumanização da qual as brasileiras já são vítimas ao serem enredadas num esquema de tráfico para prostituição. A sua utilização conjuga-se com a imagem que ilustra a reportagem e que mostra uma mulher de biquíni na praia, com o fundo para o internacionalmente conhecido “Pão de Açúcar”, no Rio de Janeiro (para que não haja dúvidas sobre a origem da foto), observando e tocando os seus glúteos, o que reforça o processo de coisificação ao qual as brasileiras são submetidas no texto.

Notamos, todavia, que na primeira exposição da problemática da prostituição brasileira em Portugal, sua atividade é caracterizada, conforme se lê em seu subtítulo, como forma de escravidão. Quando do estouro do caso “Mães de Bragança”, se observará, ao contrário, um reduzido enfoque jornalístico sobre as formas de exploração e crimes aos quais as imigrantes que se prostituíam eram vítimas (Correia, 2014).

Observamos pois, em “O sexo e a família”, (pp. 64–70), presente na edição de 10 de maio de 2003 da *Única* – suplemento em formato de revista do *Expresso* –, que de forma similar ao enquadramento dado à problemática pelas integrantes do movimento, que em seu manifesto contrapuseram de um lado a família, representada pela figura da mãe, e de outro a figura da brasileira, que emergia do documento como a grande ameaça a este pilar social; a reportagem também se desenvolve em torno do tema dicotômico da moralidade, consubstanciada pela família, *versus* a imoralidade de prostitutas brasileiras. Assinalamos pois, que os textos jornalísticos caracterizam-se por sempre apresentarem um tema que funciona como ideia central e em torno da qual as informações emitidas gravitam. “Em razão de sua função estruturante, um tema também é denominado de enquadramento” (Pan & Kosicki, 1993, p.59).

A presença deste enquadramento dicotômico, com uma perspectiva moralista subjacente, evidencia-se ao debruçarmos sobre a categoria “resumo” da reportagem, pois na chamada de capa – toda abrangida pela reportagem – lê-se “O ataque aos costumes”, seguido pelo subtítulo: “Bragança está virada do avesso. Tudo em nome da família. As meninas de alterne são o alvo”. Já o texto apresenta-se com o sugestivo título de “O sexo e a família”, acompanhado do subtítulo: “As ‘Mães de Bragança’ estão fartas das brasileiras da noite. Fizeram um abaixo-assinado para expulsar as ilegais. Dizem que elas lhes dão cabo do casamento”.

A partir dos intertítulos “35 euros por meia hora”, “Esperança em Lula”, “Espancada por falar aos jornais”, “O que estou fazendo aqui” e “Feitiços com flores”, a reportagem descreve a seguinte trajetória: primeiramente caracteriza as casas de alterne de Bragança, as mulheres que trabalham nelas e a forma como executam sua atividade; prossegue aprofundando-se na caracterização das brasileiras, apresentadas como mulheres de origem muito humilde, que desejam voltar ao Brasil e que não se orgulham da atividade que exercem em Portugal; volta a atenção para o drama das integrantes

do movimento, as “mães”; e termina investigando junto às floristas da cidade a acusação das “mães” de que as brasileiras se valiam de feitiços e afins para seduzirem os seus maridos.

No desenvolvimento, identificamos algumas incongruências, pois, se a partir do “resumo”, há um enquadramento que revela um tom moralista ao posicionar as brasileiras ao lado do sexo, da perversão dos costumes e contrárias à instituição familiar, ao destacarem-se no interior do texto citações de brasileiras tem-se, por outro lado, realçada a sua situação de vítimas. Exemplos: “‘Gostava de continuar a trabalhar num salão. Mas depende do salário. Ouvi dizer que aqui pagam mal...’, respondeu. Os olhos enchem-se de lágrimas” e “Grita. ‘Meu Deus! O que é que estou fazendo aqui? Por que não estou no Brasil com a minha filha?’ Outra rapariga acalma-a”.

Vítimas, porém, apenas das circunstâncias da vida e/ou da situação socioeconômica do Brasil, pois em nenhum momento aparecem os termos “tráfico de pessoas”, “incentivo à prostituição” e afins, apesar de identificarmos na reportagem ganchos que possibilitariam tal abordagem. Dizemos isso porque, em determinado trecho, indica-se que numa das casas de alterne visitadas pela equipe de reportagem apenas uma dentre 12 mulheres tinha contrato, além de, em outro momento, relatar-se que as brasileiras geralmente chegavam com visto de turista e não possuíam contrato de trabalho, arriscando-se a ficarem irregulares após a vigência de três meses desse visto.

A representação vitimizadora é realçada em outra reportagem publicada em outubro desse mesmo ano, em que a Única volta a atenção para Goiânia, cidade do interior do Brasil de onde partiam, conforme se lê em seu subtítulo, muitas brasileiras que vinham se prostituir em Portugal. Em continuidade a um enquadramento já indiciado pela reportagem anterior, nesta explora-se a difícil condição de vida das brasileiras que vinham para Portugal e que, sem alternativas para uma vida de miséria, seguiam o caminho da prostituição.

A caracterização das mulheres como vítimas vem indicada já em seu título, “Na raiz da miséria” (25/10, pp. 83–94), prossegue em seu subtítulo – “[...] Duas mulheres contam as suas histórias e **como escaparam ao pesadelo**” (grifo nosso) – e também se identifica em algumas citações das personagens, por exemplo: “‘Acabei com a minha vida’”, e na escolha de intertítulos como “Escravas do sexo” e “Nas mãos das máfias”. Num olho se resumem as precárias condições de vida em Goiânia: “73% das jovens goianas **entre os 13 e os**

17 anos já têm um filho. E em cada 15 segundos é violada uma mulher” (grifo no original).

No entanto, alguns indícios estilísticos e retóricos do discurso transparecem certa ambiguidade nessa caracterização, pois como o texto esclarece, nem todas as mulheres iam a Portugal enganadas quanto à atividade que exerceriam. Ao contrário por exemplo, de Denise, uma das personagens. O texto discorre: “Só se engana quem quer ser enganado: mesmo depois de todas estas notícias, Denise nem desconfiou da conversa fiada da amiga [...]”. Também o texto explicita o seguinte julgamento sobre a vida atribulada e cheia de reveses de outra brasileira que havia se prostituído em Portugal:

A vida desta brasileira parece um comboio desgovernado, sempre a sair dos carris. Nunca aprendeu com os erros. E quando se tinha tornado outra vez prostituta profissional, voltou a envolver-se com outro português.

Porém, a imagem da brasileira como vítima de tráfico sexual será explicitamente contestada no ano seguinte em uma entrevista do *Público* à Isabel Burke, inspetora do SEF, que em breve seria alocada para o Brasil, justamente para combater o tráfico e a imigração ilegal. Em “A maior parte das prostitutas brasileiras ‘sabem para o que vem’” (23/7/4, p.27) – já pelo título um leitor, sem debruçar-se sobre o texto, consegue facilmente formular um modelo mental sobre qual é o tema da entrevista: a informação de que as brasileiras que se prostituem em Portugal já sabiam para o que vinham quando emigraram.

No subtítulo, a repórter expõe o enquadramento dado à informação emitida pela inspetora: “A inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que vai ser colocada no Brasil para combater a imigração ilegal desfaz o ‘mito’ das vítimas de tráfico forçadas a prostituírem-se”. Avaliamos as aspas colocadas em torno do substantivo como fraça estratégica estilística de concessão de legitimidade ao julgamento da inspetora, indicado pelo emprego da palavra “mito”, pois Burke diz que a maioria das mulheres sabe para o que vêm, portanto, também havia aquelas – ainda que a minoria – enganadas, o que demonstra a utilização inapropriada do substantivo.

O que se observa pelo desenrolar da entrevista é que mais do que se deter sobre o fato de as brasileiras serem ou não enganadas, as perguntas da repórter e as respostas da inspetora debruçam-se

sobre as definições de tráfico de pessoas, no âmbito mundial e de uma perspectiva concernente à legislação portuguesa de então. Conforme Burke esclarece logo à segunda questão:

O que há – e que nós consideramos tráfico, mas que os americanos já não consideram – são redes organizadas que trazem imigrantes perfeitamente controlados desde o país de origem até ao país de destino. Apesar de andarem na rua e poderem mudar de local de trabalho, têm os documentos retidos na rede e têm de pagar uma mensalidade ou uma semana para poderem trabalhar.

Em 2005, voltamos a atenção a duas reportagens, uma do *Expresso* e outra do *Público*. Em “Alterne sem fronteiras” (*Única*, 7/5, pp. 50–60), a revista utiliza como mote o julgamento de um empresário de bares de alterne para discorrer sobre a prostituição de mulheres majoritariamente brasileiras, a partir de um enquadramento que privilegia a perspectiva jurídica sobre o fenómeno. Isso fica evidente sobretudo pela presença de Teófilo Santiago, então coordenador superior de Investigação Criminal, que emerge do texto como fonte abalizada de informação.

É ele quem explica, logo após a reportagem iniciar comentando brevemente a prisão e o início do julgamento de Alfredo Palas, a razão do predomínio de brasileiras nesse meio, que suplantaram as mulheres do leste europeu chegadas em massa a Portugal em finais dos anos 1990: “Muitas mulheres do Leste aparecem protegidas pelas máfias dos seus países de origem, o que dificulta a acção de quem as quer explorar. As brasileiras não têm nada, grande parte é analfabeta”.

Assinalamos que a justificativa, assim emitida, difere no tom e na forma da indicada por Burke para explicar a mesma hegemonia:

As brasileiras tomaram conta desse mercado. Falam a língua, são carinhosas, são simpáticas. Não sei explicar, mas acho que isso tem a ver com os gostos dos portugueses e com o tipo de dinheiro que as mulheres de Leste conseguem ganhar noutros países da União Europeia...

Ainda que a reportagem apresente como personagens brasileiras que afirmem não serem vítimas e que, em grande parte, já se prostituíam no Brasil, sua exploração torna-se evidente pelo próprio relato que tecem. Por exemplo, ao introduzir-se Tânia, assinala-se a retenção do seu passaporte pelo patrão, o qual apenas teria novamente em mãos caso o ressarcisse pelos custos de viagem, algo em torno de 4.500 euros. A repórter não deixa de citar a espécie

de atenuante emitido pela mulher – “Enquanto não lhe der esse dinheiro não posso sair. Depois vou para onde quiser” –, porém, explica logo a seguir: “Mas não é fácil saldar a dívida. Para além desse valor, paga mais 45 pelo quarto – e só para o pagar terá de fazer pelo menos duas ‘subidas’ por dia”.

O *Público*, em reportagem de 8 de junho de 2005 – “Empresária da noite começa hoje a ser julgada em Famalicão” (p.24) –, debruça-se sobre o mesmo tópico trabalhado pelo texto da Única, ainda que de forma mais circunscrita; o que enxergamos como reflexo das investigações policiais que tiveram o estopim dois anos antes com a erupção do caso “Mães de Bragança” e, em 2005, já apresentavam como resultado o início dos primeiros julgamentos. Porém, nessa reportagem julgamos problemática a indicação da nacionalidade da empresária já no subtítulo – “Num mundo dominado por homens, uma mulher brasileira estabeleceu-se no Baixo Minho” –, principalmente porque, ao discorrer-se sobre a quadrilha da qual era chefe, não é exposta a nacionalidade de mais ninguém.

Nesse sentido, tal indicação emerge do discurso não apenas como desnecessária, mas também com uma ideologia subjacente a orientar o seu emprego. Como explica Teun van Dijk (2002), muitas implicações ideológicas se seguem não apenas porque muito pouco é dito, mas também porque muita coisa irrelevante é dita sobre os atores das notícias. “Um bem conhecido exemplo disso, presente nas reportagens envolvendo minorias, é o uso de irrelevantes rótulos étnicos e raciais em notícias sobre crimes” (p.114).

Também há um box nesta reportagem com uma curta entrevista à Isabel Burke, cujo conteúdo de suas respostas destoam da veemência então demonstrada há um ano, quando assinalara que as brasileiras sabiam ao que vinham. Nessa entrevista, a inspetora reiterou mais uma vez a observação, porém, também fez questão de esclarecer que, a despeito disso, as mulheres continuavam sendo vítimas.

Neste tipo de crime é bastante complicado arranjar prova. A prova é basicamente testemunhal. E a maior parte das mulheres não se considera vítima, até porque quase sempre sabem ao que vêm. Agora, o que acontece muitas vezes é que são enganadas quanto às condições em que vão trabalhar. Mesmo assim, não reclamam. É importante que as pessoas se apercebam de que são exploradas. [...]

No segundo período abrangido para seleção de textos, debruçamo-nos sobre duas reportagens do *Público*, escolhidas por apresentarem orientações díspares no tratamento da problemática da prostituição, apesar de constarem no mesmo periódico e de terem sido publicadas num período próximo de tempo. Em “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia” (11/8/12, pp.2–3), ao contrário da abordagem padrão, não se discrimina a nacionalidade de algumas mulheres que angariavam clientes no acostamento da rodovia, às portas da freguesia de São Pedro da Torre. Conforme se lê em determinado trecho: “Manuel Afonso até procurou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Algumas vieram de fora, mas nenhuma está irregular”.

Ainda que a notícia sobre mulheres a ofertarem os seus serviços na via pública e não em apartamentos, como normalmente ocorria naquela região, seja enquadrada sob perspectiva vagamente moralista, com a explicitação da prostituição sendo contraposta ao desconforto de moradores da freguesia, conforme se lê logo no subtítulo: “Meia dúzia de prostitutas basta para perturbar São Pedro da Torre, em Valença”, a reportagem também sugere enfoques alternativos, em que procura destrinchar as razões de algumas prostitutas terem migrado para as ruas.

Pois, o mesmo subtítulo encerra-se da seguinte forma: “Com menos clientes, há quem troque os apartamentos pelas ruas”, em que indica o principal motivo para a então recente presença de prostitutas nas estradas: a crise econômica que assolava o país e que também combalira o comércio sexual. A reportagem também é composta por um box – “Menos clientes e menos brasileiras a trabalhar” – em que, a partir de informações obtidas com organizações não governamentais que compunham a Rede sobre Trabalho Sexual (RTS), explica como a crise havia chegado à prostituição, com mais pessoas a se prostituírem por longas horas e o fim do domínio de brasileiras no ramo, justificado também pela contraposta pujança econômica do Brasil e o retorno de muitas mulheres.

Paulo Anjo, o coordenador da Associação Existências, que cobre os concelhos de Coimbra, Mealhada, Condeixa, Figueira da Foz e Aveiro, fala num reequilíbrio, após o domínio das brasileiras: “Estão a voltar para o Brasil, mas aumentou o número de portuguesas”.

Inserida nas privilegiadas primeiras páginas do periódico, sob o chapéu “Destaque”, o que observamos na reportagem a partir de seu conteúdo e enquadramento é que com o intensificar da crise, a prostituição também passou a ser lida sob essa chave

interpretativa. Ou seja, com mais pessoas a se prostituírem nas ruas, a sentida diminuição de brasileiras e o aumento de portuguesas nessa atividade, a prostituição emerge do discurso também como problema social derivado da crise econômica e da falta de perspectivas.

Porém, a preocupação evidenciada pelo texto em não assinalar a nacionalidade das mulheres que se prostituíam não se mantém em “Na Quinta do Grilo o pecado paga IMI”, constante da edição do *Público* de 13 de Janeiro de 2013 (pp. 20–21). Se em Bragança o que dera origem ao conflito fora o fato de inúmeros maridos começarem a chegar altas horas e embriagados em casa, vindos de bares de alterne, na Quinta do Grilo, a presença de mulheres que atendiam nos apartamentos do bairro começou a incomodar alguns moradores quando, também impelidas pela crise, começaram a se expor em modos insinuantes e trajes íntimos nas janelas e balcões das moradias.

No entanto, se a polêmica da década anterior desenrolara-se num âmbito sobretudo moral, com esposas e membros da Igreja Católica citando como argumento contrário às prostitutas, a inviolabilidade do casamento, entre outros, esta, assim como se observa na reportagem anterior, também envolveu uma questão comercial, pois, as moradias do bairro começaram a perder valor quando prostitutas passaram a ofertar os seus serviços de modo explícito, o que também atraiu a presença de clientes ruidosos, cuja falta de inibição, segundo a reportagem, os faziam gritar palavras de baixo calão e masturbarem-se na rua.

A dicotomia representada por moralismo de um lado e questão comercial de outro apresenta-se condensada na reportagem de 2012 pela fala de uma moradora que vivia próxima à entrada São Pedro da Torre, onde mulheres se posicionavam na estrada para captar clientes: “Estou descontente. As casas perdem valor. Às vezes, estou no jardim e é desagradável a forma como me olham [os homens que passam de carro]”. Já no seguinte texto sobre a prostituição na Quinta do Grilo, a dicotomia encontra-se expressa no subtítulo:

Prostitutas que atendem clientes em apartamentos não é exclusivo da Quinta do Grilo, em Viseu. A originalidade do bairro é que as **brasileiras** se exibem seminuas nas janelas, criando, entre os vizinhos, um problema moral. Ou será antes uma guerra comercial? (grifo nosso)

Observamos, portanto, que enquanto nessa reportagem o aspecto moral apresenta-se bem explicitado, ao insinuar-se já no título e subtítulo, no texto de 2012 ao contrário, surge apenas de passagem a partir da citação de um dos entrevistados, com o enquadramento da notícia privilegiando o enfoque sobre as razões – de cariz econômico e social – que levariam mulheres a deixarem os apartamentos e se prostituírem nas ruas. Compreendemos a diversidade, pois os veículos de mídia, longe de serem meros suportes ideológicos de sistemas hegemônicos de pensamento, “Afirmam-se como lugares plurais de produção de estratégias que visam reformular o processo social” (Correia, 2008, p.151).

Curiosamente, ao compararmos a reportagem com os materiais jornalísticos analisados por Correia (2014) sobre a prostituição na Quinta do Grilo, identificamos omissões de informações, a exemplo da existência de um grupo chamado “Mães de Viseu”, como também a presença de informações díspares. Por exemplo, na reportagem publicada pelo site do canal radiofônico TSf afirma-se que a grande maioria das mulheres era imigrante ilegal, no entanto, a meio da reportagem do *Público* diz-se o seguinte:

Sempre que intercepta [uma fonte policial anônima ouvida pela reportagem] uma das brasileiras na rua ela apresenta documentos de identificação legais. “Diz que não os traz consigo, depois aparece uma amiga com os papéis. É sempre a mesma história. A verdade é que os que as trazem do Brasil lhes ficam com os documentos, para que elas não fujam, até que lhes paguem toda a “dívida”.

O autor também cita reportagem do canal de televisão SIC, em que o problema é enquadrado em um plano securitário, ao discorrer-se sobre a ilegalidade envolvida na exploração da prostituição e no estímulo à imigração para fins de comércio sexual. Todavia, a despeito do trecho acima transcrito, indicativo da existência de lenocínio entre as mulheres que se prostituíam no bairro, a questão não é abordada em nenhum momento no texto do *Público*. Ao contrário, observa-se a persistência de certas representações sociais sobre as brasileiras, já empregadas dez anos antes.

A primeira que salta à vista, por identificar-se já no subtítulo, emerge a partir do emprego de uma estratégia de generalização em que, ao designar-se as prostitutas do bairro recorrentemente como “as brasileiras”, somos conduzidos à consequência ideológica de tal

ação: a sua adoção de forma cada vez menos questionável e mais naturalizada (Teo, 2000). Ao longo da reportagem, as prostitutas são identificadas como “as brasileiras” seis vezes, apesar de em dado momento, assinalar-se o seguinte: “Além disso, as raparigas, **quase todas brasileiras**, chamam literalmente os homens [...]” (grifo nosso).

Frisamos também o uso de linguagem sensacionalista, evidente já na composição do título, em que se utiliza a palavra “pecado”, e explicitado a partir do terceiro parágrafo: “Há casos dramáticos. Ruínas pessoais, famílias desfeitas. Ódio extremo e paixões desenfreadas. Mas reina a calma na Quinta do Grilo”. O tema da reportagem, pois, repousa na dicotomia assumida pelo problema ao apresentar-se aos moradores tanto como inconveniente moral quanto inconveniente comercial, com o primeiro aspecto sendo explorado de dois modos: por meio dessa linguagem e pela designação das prostitutas como “brasileiras”.

6 Considerações finais

Há todo um imaginário em Portugal acerca da mulher brasileira que remonta ao período colonial e cuja constante estrutural das representações sociais que o integram é a exotização de sua sexualidade. A imagem estereotipada geralmente acaba por emergir quando as personagens de uma notícia são brasileiras, no entanto, em finais do século XX, como consequência da prosperidade econômica vivida por Portugal e da vinda de um grande contingente de imigrantes brasileiros, tornaram-se frequentes notícias envolvendo o tráfico e a prostituição de imigrantes brasileiras, esse imaginário encontrou campo fértil para insinuar-se no discurso jornalístico, através do enquadramento dado a essas notícias e das escolhas retóricas e estilísticas efetuadas para caracterizar as brasileiras.

Nesse contexto, o surgimento das “Mães de Bragança” caracteriza-se como evento significativo da cobertura, pois, ao apresentar-se publicamente a partir do viés da moralidade cristã, contrapondo a família nuclear às prostitutas brasileiras, o movimento influenciou um discurso jornalístico calcado na exotização da figura da brasileira, com amplo recurso à linguagem tabloide e identificação de retóricas xenófobas. Todavia, com o passar dos anos e o desenrolar

de investigações criminais a pessoas ligadas ao gerenciamento e propriedade de casas de alterne, especificamente a cobertura dos jornais *Público* e *Expresso* sobre a problemática da prostituição de imigrantes também passou a abranger um enquadramento cujo enfoque repousava nos temas do “lenocínio”, “tráfico de pessoas” e “imigração ilegal”.

No entanto, a considerar-se o material analisado, não nos parece que houve uma notável evolução na cobertura sobre a problemática aqui deslindada. Evidencia-se, ao contrário, não um percurso linear ao longo dos anos, em que uma abordagem estereotipada deu espaço para um tratamento mais consequente do problema, mas um caminho errático, cuja cobertura oscila entre manifestações ao nível do discurso mais voltadas para o sensacionalismo e aquelas mais centradas na discussão sobre os distintos aspectos que o circundam, sejam estes: a ilegalidade em que se insere a exploração da prostituição, conjugada todavia, com a decisão autônoma de alguns indivíduos em exercê-la, porém, também relacionada na maioria dos casos, a condições de penúria econômica e social.

NOTAS

- 1 Relatório disponível em: www.state.gov/wp-content/uploads/2019/06/2019-Trafficking-in-Persons-Report.pdf
- 2 As entrevistas foram efetuadas em 2018 como partes integrantes da investigação de doutorado que está na base deste artigo. *O Ninho* é uma instituição particular de solidariedade social que atua no terreno com mulheres que se prostituem, e a *ComuniDária* é uma organização sem fins lucrativos que atua, sobretudo, na luta por direitos de imigrantes trabalhadoras nos serviços domésticos e na prostituição.
- 3 Manuseamos cada exemplar de ambos os jornais publicado durante este período, e que se encontram disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal.
- 4 Informação disponível em: www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-Cartao_Sinalizacao_Vitimas_Trafico_Humano_v2018.pdf

- 5 “to the persistence of difficulties in various countries with regard to identifying victims of trafficking in the day-to-day work of the police, legal actors, and social workers among others [...]”
- 6 Informação disponível em: sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx
- 7 As peças identificadas no primeiro período no *Expresso* foram: “Clientes ajudam a dismantelar tráfico de mulheres” (17/6/00, p. 6), “O sexo e a família” (Única, 10/5/03, pp. 64–70), “Profissão gigolô” (Única, 7/6/03, pp. 81–88), “Na raiz da miséria” (Única, 25/10/03, pp. 82–94), “Alterne sem fronteiras” (Única, 7/5/05, pp. 50–60), “SEF e juíza às avessas” (1/11/05, p.16) e “Tráfico de mulheres em discussão” (10/12/05, p.18). E no *Público*: “SEF detém 30 estrangeiras ilegais em casas de alterne do Alto Minho” (5/8/00, p.19), “Brasil e Portugal na luta” (15/12/00, p.20), “Mães de Bragança’ acusam brasileiras de provocar onda de loucura na cidade” (1/5/03, *local Porto), “A maior parte das prostitutas brasileiras ‘sabem para o que vem’” (23/7/04, p.27), e “Empresária da noite começa a ser julgada em Famalicão” (08/06/05, p. 24).
- 8 “[...] reflects perceptions and judgements from the essentially biased standpoint of such cultural norms or social expert”
- 9 *Expresso*: “Corpos que contam histórias” (Revista, 18/8/12, pp. 28–38) e “General oferecia prostitutas em Lisboa” (2/11/12, p.12). *Público*: “As noites vermelhas de dois inspectores do SEF” (caderno P2, 10/2/10, pp. 4–5), “Para elas, prostituição é trabalho como outro qualquer” (caderno P2, 2/6/10, pp. 6–7), “Na primeira pessoa – Paguei oito mil dólares às pessoas que me trouxeram para a Europa” (caderno P2, 30/6/10, pp. 4–5), “Prostituição está cada vez mais perto das ruas da aldeia” (11/8/12, pp. 2–3) e “Na Quinta do Grilo o pecado paga IMI” (13/1/13, pp. 20–21).

REFERÊNCIAS

- Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia.
- Brito, B. M. J., & Rosas, F. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo* (Vol. I). Lisboa: Bertrand Editora.

Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933–1966)*. Porto: Edições Afrontamento.

Correia, C. J. (2014). Dez anos depois de Bragança, a representação da mulher brasileira nos *media*. *Verso e Reverso*, 28(69), 186–192. Recuperado de revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.201

Correia, C. J. (2008). Identidades e Realidades Múltiplas: Os Estranhos no Meio de “Nós”. In P. J. Esteves (Org.), *Comunicação e Identidades Sociais* (pp. 131–154). Lisboa: Livros Horizonte.

Cunha, I. F. (2005). A mulher brasileira na televisão portuguesa. In A. Fidalgo & P. Serra (Orgs.), *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico* (vol. III) (pp. 535–553). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Craveiro, C., & Carvalho, C. (2017). A um passo da branquitude: o que dizem os corpos das mulatas brasileiras. *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*, 6(2), 65–76. DOI: 10.17564/2316-3801.2017v6n2p65-76

Duarte, M. (2012). Prostitution and Trafficking in Portugal: Legislation, Policy, and Claims. *Sexuality Research and Social Policy*, 9(3), 258–268. DOI: 10.1007/s13178-012-0093-2

Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), 51–58. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x

Feldman-Bianco, B. (2001). Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference. In B. Feldman-Bianco (Org.), *Colonialism as a continuing project: The Portuguese Experience* (pp. 607–650). Identities: Global Studies in Culture and Power.

Freyre, G. (2003). *Casa grande & senzala* (48ª ed.). São Paulo: Global.

Malheiros, M. J. (2007). Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos. In J. M. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 11–38). Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Machado, I. J. R. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto* (tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas). Biblioteca Digital Unicamp.

Hall, S. (1990). Cultural identity and diaspora. In J. Rutherford (Org.), *Identity: Community, culture, difference* (pp. 227–237). London: Lawrence & Wishart.

Lippmann, W. (1998). *Public Opinion* (2ª ed.) New York: Macmillan.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representation. *European Journal of Social Psychology*, vol. 18, 211–250. DOI: 10.1002/ejsp.2420180303

Noelle-Neumann, E. (1991). The Theory of Public Opinion: The Concept of the Spiral of Silence. *Annals of the International Communication Association*, 14(1), 256–287. DOI: 10.1080/23808985.1991.11678790

Padilla, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In M. J. Malheiros (Org.), *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 113-134), Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI.

Pan, Z., & Kosicki, M. G. (1993). Framing analysis: An Approach to News Discourse. *Political Communication*, 10, 55–75. DOI: 10.1080/10584609.1993.9962963

Pais, J. M. (2010). “Mães de Bragança” e Feitiços: Enredos Luso-Brasileiros em Torno da Sexualidade. *Revista de Ciências Sociais*, 41(2), 9–23. Recuperado de www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/455

Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263–274. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247

Santos, B. S., Gomes, C., & Duarte, M. (2009). Tráfico sexual de mulheres: Representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 87, 69–94. DOI: 10.4000/rccs.1447

Simões, R. B. (2018). News Media Power and Public Policy: the mediatized construction of women trafficking for sexual exploitation. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 130–151. DOI: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1039

Teo, P. (2000). Racism in the news: a critical discourse analysis of news reporting in two australian newspapers. *Discourse & Society*, 11(1), 7–49. Recuperado de www.jstor.org/stable/42888294

van Dijk, T. A. (2002). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.

van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.

ESTER AMARAL DE PAULA MINGA. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, com tese acerca das representações contemporâneas do Brasil e dos brasileiros na sociedade portuguesa. É mestre em Comunicação e Semiótica e jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e investigadora do ICNova – Instituto de Comunicação da Nova. Tem interesse pela investigação nos campos da opinião pública, representações sociais e gênero. E-mail: ester.minga@gmail.com